

## Morte, poder e política

### Apresentação



Os estudos sobre o tema da morte, marcados pela tendência à interdisciplinaridade ensejada pelo próprio objeto de investigação e pela multiplicidade de enfoques e perspectivas analíticas, têm no fenômeno do poder um recorte particularmente relevante. Trata-se de um modo de análise entre outros possíveis, embora alguns autores compreendam que os vínculos entre essas duas facetas constitutivas da vida humana (a morte e o poder) sejam realmente estruturantes, condicionando as formas primeiras de classificação do mundo.

Para tomar um único exemplo, cabe destacar a interpretação de Jean Baudrillard, para quem a separação entre a vida e a morte seria a primeira representação a partir da qual outras divisões, que também operariam no plano do imaginário, se ramificariam até o infinito: “a da alma e do corpo, do masculino e do feminino, do bem e do mal, etc.”<sup>1</sup> Nessa perspectiva, a morte funcionaria como um lugar primeiro de emergência do controle social, condicionando a instituição simbólica de uma divisão fundadora por meio da qual se estabeleceria todo um sistema de relações baseado numa forma primária de interdito: o interdito da morte. Somente a partir dessa interdição primeira, de fato, a sobrevivência se tornaria um valor; o que novamente indicaria esse papel da morte como fundamento estruturante da vida social, particularmente no que diz respeito ao modo como

1 BAUDRILLARD, Jean. *A troca simbólica e a morte*. Lisboa: Edições 70, 1997, p. 17.

\* Pós-Doutor pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Seropédica, RJ, Brasil. Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), RJ, Brasil. Professor Adjunto II de Teoria da História/História da Historiografia e membro do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH-UFMG) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, MG, Brasil. CV: <http://lattes.cnpq.br/3094547693089382>



as hierarquias e as formas de distinção são compreendidas e, mesmo, imaginadas.

Trata-se, de fato, apenas de uma entre várias leituras que destacaram a relação estreita entre os temas da morte e do poder. Muitas outras, igualmente marcadas por uma perspectiva histórica e antropológica atentas aos planos do simbólico e do imaginário, poderiam ser ressaltadas, mas não cabe aqui pormenorizar o assunto. Na verdade, ele é trazido à tona apenas por indicar que o estudo do fenômeno da morte pode adquirir particular relevância quando compreendido por relação ao poder e à política, entendida esta última como uma esfera de atuação que foi adquirindo sua maior autonomia como lugar de resolução dos conflitos sobre as formas de regulação da vida coletiva. Fazendo uma analogia com perspectivas que caracterizam a chamada escola francesa de estudos do político, poderíamos falar da diferença entre o *político*, como fenômeno constitutivo da vida humana, e a *política*, relativa ao espaço público de atuação e às dinâmicas da esfera governamental.<sup>2</sup>

*Morte, poder e política* são, de fato, os temas que estruturam o dossiê da **Revista M.** aqui apresentado, que contém cinco artigos, nos quais as relações entre os três fenômenos apontados ganham contornos específicos por meio de objetos particulares de estudos. Apesar da diversidade, o conjunto dos textos acaba contemplando tanto a dimensão mais antropológica de compreensão do político antes enfocada (o próprio poder e seus vínculos com os rituais, o imaginário e o simbólico), quanto aquela que remete mais especificamente para a dinâmica da vida institucional, na qual a política se manifesta de modo mais visível (a atuação dos partidos, o debate jurídico, as disputas dentro do legislativo).

Em *Poder y muerte entre los Incas*, o historiador peruano, Francisco Hernández Astete, analisa as práticas de culto dos mortos adotadas pelos Incas na conjuntura da conquista espanhola, no século XVI. Ao analisar os costumes fúnebres praticados entre os nobres de Cuzco, Hernández Astete reconstitui historicamente as formas especiais de cuidado com os corpos dos governantes mortos, os fundadores dos vários *aillus*. Transformados em “ancestros” e, como tal, atuantes líderes das comunidades pré-hispânicas, os governantes, mesmo após suas mortes, mantinham importante papel nos conflitos e batalhas da época, tendo em vista os usos conferidos às suas formas mumificadas. Assim, as relações entre os fundamentos simbólicos do poder e os rituais para lidar com a morte ganham significado num estudo sobre práticas desenvolvidas nos Andes há mais de quinhentos anos.

Em *E quando é morto o imperador? Batalhas memoriais nos funerais de D. Pedro II (1891)*, Luciana Pessanha Fagundes analisa os debates e manifestações ocorridos por ocasião da morte do segundo imperador do Brasil, d. Pedro II. O enfoque, nesse caso, recai sobre as intensas disputas memoriais que ultrapassaram o Atlântico, desenvolvendo-se na França, em Portugal e em diferentes cidades do antigo império brasileiro, tendo em vista a morte de d. Pedro II, em Paris, e seu sepultamento em Lisboa, em 1891. Em seu texto, a historiadora nos mostra de que forma o governo republicano lidou com as exéquias do antigo imperador e as repercussões do fenômeno entre os grupos monarquistas e republicanos, que externaram suas posições em necrológios publicados nos jornais da época, evidenciando uma luta simbólica em torno da

2 Conferir, por exemplo, LEFORT, Claude. *Pensando o político: ensaios sobre democracia, revolução e liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história do político*. São Paulo: Alameda, 2010.



memória do morto.

Em *O lugar do "outro mundo" na percepção da nacionalidade: cartas e pedidos ao "São Tancredo"*, analiso as cartas e pedidos deixados no túmulo de Tancredo Neves, nos dias e meses seguintes à sua morte, ocorrida em 21 de abril de 1985. Dando prosseguimento ao que já havia se manifestado nos funerais do político mineiro, quando a disputa pelo seu corpo físico, na verdade, expressava uma batalha simbólica mais profunda pelo corpo da comunidade política como construção imaginária, os pedidos feitos após seu sepultamento indicavam uma leitura particular da nacionalidade, que é analisada por relação às tradições religiosas formadoras da sociedade brasileira. Em última instância, o mundo dos mortos parecia funcionar como lugar de compensação pelas mazelas vividas cotidianamente por um povo sofrido e injustiçado. Assim, para alguns autores das cartas e pedidos, no "outro mundo", Tancredo Neves apenas continuaria a "missão patriótica" iniciada em vida, seja no que concerne ao restabelecimento da democracia, seja no que diz respeito à melhoria das condições de existência da população.

Não apenas os políticos de grande expressividade foram homenageados com honrarias fúnebres que se tornaram manifestações com relevante significado político. Em *Panteones populares, cultura de masas y política de masas: la biografía póstuma de Carlos Gardel*, a argentina Sandra Gayol conduz sua abordagem relacionando morte violenta, cultura de massas e cultura política por ocasião da morte e dos funerais do cantor de tangos Carlos Gardel. A análise do culto póstumo ao cantor, morto em um choque de aviões em 1935, evidencia a inauguração dos panteões populares nacionais na Argentina da época. O fenômeno seria reforçado pela cultura de massas, alimentada pela imprensa falada e escrita, que se dedicou intensamente a enfocar tanto a morte como a trajetória do cantor, fornecendo elementos para a reformulação de sua biografia.

Por fim, em *Morte e vida em debate: o tema do aborto na Câmara dos Deputados, no Brasil, nas legislaturas de 2003 a 2010*, Felipe Guimarães Lamim e Naara Luna analisam os debates sobre o tema do aborto no Legislativo Federal. O enfoque recai nas relações estabelecidas entre a interrupção da gravidez e o problema da morte, tendo em vista as representações sobre a gestante e o embrião humano em gestação ou de laboratório. A partir de um levantamento realizado no portal da Câmara dos Deputados, os investigadores puderam conferir uma presença mais significativa de proposições legislativas e discursos contrários ao aborto, o que indica o forte componente simbólico que o tema adquire nos dias atuais e suas vinculações com os modos de representação da morte que conferem singularidade à nossa época.

De fato, este último caso sugere, de modo particular, como o estudo dos lugares nos quais as disputas políticas se expressam de forma mais clara, como no caso do Legislativo, não pode prescindir da análise das formas de representação da morte e, portanto, de manifestações que se configuram no plano do simbólico e do imaginário. Por outro lado, seja numa perspectiva mais antropológica de estudo do político, seja numa proposta de análise mais focada na dinâmica das instituições governamentais, é o fenômeno da morte que interliga as três noções presentes no título deste dossiê. *Morte, poder e política*, portanto, tornam-se noções que apontam para um campo bastante amplo de abordagem, mas cuja fecundidade adquire real valor por meio de estudos particulares, atentos aos aspectos que tornam o fenômeno da morte e suas formas de experimentação sempre historicamente condicionados.

